PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024.

(Da Sra. Flávia Morais)

EMENDA DE PLENÁRIO Nº de 2024

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA nº de 2024.

O ITEM 21 DO ANEXO X - INSUMOS AGROPECUÁRIOS E AQUÍCOLAS SUBMETIDOS À REDUÇÃO DE 60% DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS, passa a vigorar com a seguinte redação

21	Alho em pó, sorgo, milheto, sal	0703.20
	mineralizado, farinhas de peixe, de	10.07
	ostra, de carne, de osso, de pena, de	2501.00
	sangue e de víscera, <mark>hemoderivados</mark> ,	03.09
	calcário calcítico, caroço de algodão,	02.10
	farelos e tortas de algodão, de	<mark>05.01</mark>
	babaçu, de cacau, de amendoim, de	<mark>05.11</mark>
	linhaça, de mamona, de milho e de	<mark>23.01</mark>
	trigo, farelos de arroz, de girassol, de	2304.00
	glúten de milho, de gérmen de milho	2305.00.00
	desengordurado, de guirera de milho,	23.06
	de casca e de semente de uva e de	2308.00.00
	polpa cítrica, glúten de milho,	Capítulo 15
	silagens de forrageiras e de produtos	
	vegetais, feno, óleos de aves,	
	resíduos de óleo e gordura de origem	
	animal ou vegetal, descartados por	
	empresas do ramo alimentício, e	
	outros resíduos industriais	

JUSTIFICAÇÃO





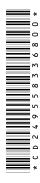
Α reciclagem animal desempenha um papel crucial na sustentabilidade ambiental e na economia circular. Esta atividade transforma resíduo de origem animal, que não são destinados ao valiosos, consumo humano, em insumos como gorduras, hemoderivados e farinhas de origem animal. Tais insumos são essenciais para diversas indústrias, incluindo a alimentação animal e a agricultura, contribuindo significativamente para a redução do desperdício e a reutilização de recursos.

O setor de Reciclagem Animal recebeu na reforma tributária benefício da redução de alíquota, nos produtos "farinhas de peixe, de ostra, de carne, de osso, de pena, de sangue e de víscera, óleos de aves, resíduos de óleo e gordura de origem animal" (Linha 21 do Anexo X). No entanto, para que o benefício se concretize precisamos que os NCMs dos referidos produtos estejam contemplados na coluna dos códigos NCM/SH, onde nota-se a ausência dos códigos referentes as farinhas de origem animal: 23.01 e 05.01, e dos hemoderivados, que se encontram no código 05.11, necessitando a adição do termo "hemoderivados" quanto do código na coluna correspondente.

Ressaltamos que esses produtos estão comtemplados como insumos agropecuários e aquícolas no Anexo I da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 110, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020 do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA que publica a lista de matérias-primas aprovadas como ingredientes, aditivos e veículos para uso na alimentação animal (Alterada pela PORTARIA Nº 359, DE 9 DE JULHO DE 2021), onde as farinhas estão citadas nas linhas 9 a 15, 27, 28 e 149, e no caso dos hemoderivados, nas linhas 110 e 111, conforme site: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/alimentacao-animal/listageral270620241.pdf

Diante do exposto, solicitamos a inclusão urgente dos códigos NCM 23.01 e 05.01 para farinhas de origem animal, bem como do código 05.11 para hemoderivados no anexo X da reforma tributária.





Esta medida é essencial para garantir a viabilidade econômica e a sustentabilidade do setor de reciclagem animal, evitando que a tributação indevida dos produtos do setor provoque um aumento nos custos de produção das rações para animais de produção e, por consequência, o aumento do custo de produção das proteínas animais.

Sala das sessões, 09 de Julho de 2024.

FLÁVIA MORAIS

DEPUTADA FEDERAL



